

Governo Temer tenta fazer uma privatização ousada

Para marcar a diferença com sua antecessora, Dilma Rousseff, o presidente Michel Temer anunciou pouco depois de efetivado no cargo, em 2016, um programa de concessões e privatizações com 34 projetos. Para recuperar prestígio e iniciativa após ter um pedido de investigação negado pelo Congresso - e outro a caminho - Temer anunciou ontem programa com o mesmo objetivo, com 57 projetos. Há uma diferença de escala entre os dois e ela é dada pela privatização da Eletrobras, que detém um terço da geração de energia do país e grande parte da distribuição, e do aeroporto de Congonhas (SP), o mais rentável do país.

A Eletrobras é um gigante deficitário, alvo histórico de loteamento de caciques do PMDB (mas não só dele) e palco de escândalos de corrupção investigados pela Operação Lava-Jato. As mudanças feitas no governo passado para baratear o preço da energia (MP 579) ajudaram a destruir as empresas deficientes da holding. O plano de saneamento da companhia, que previa a venda de várias distribuidoras foi substituído por outro, pelo qual uma capitalização sem a participação da União abriria espaço a uma parcela majoritária de capital privado. A capitalização poderia render R\$ 30 bilhões para a estatal, que pagaria com isso bônus à União e permitiria que 14 usinas que tiveram sua concessão prorrogada em 2012 possam operar com tarifas de mercado, e não os atuais R\$ 35 por MWh.

A Eletrobras deveria ter sido vendida há mais tempo, mas o processo de privatização do setor elétrico, iniciado por Fernando Henrique, empacou no meio do caminho. A ideia da venda reaparece agora, repentinamente, em meio a um governo acuado por denúncias e por déficits fiscais que desistiu de reduzir. Entre a intenção e a venda, há um oceano de obstáculos, os mesmos que impediram

até hoje que ela se tornasse uma empresa privada.

Ao que tudo indica, a autorização do Congresso para que a União abdique de 50% mais um do controle (ela tem 63,2%, contando fundos e BNDES). Os feudos tradicionais no partido do presidente já se mobilizam para retirar da venda as empresas que transformaram em cabides de emprego ou coisa pior, como Chesf e Eletrobras.

Não ajuda a operação o fato de ela ocorrer no meio de um processo para mudar a regulamentação do setor elétrico, já em consulta pública. Além disso, o aumento de tarifas que decorrerá da privatização, uma certeza matemática, não a torna popular. Há questões regulatórias sérias envolvidas. A mudança estrutural do setor e a privatização são bem vindas, mas vendas apressadas para fazer caixa não foram exemplares no passado.

Para fazer a privatização bem feita seria preciso que o governo se concentrasse em poucos projetos e a eles se dedicasse por inteiro. A falta de planejamento e a incapacidade gerencial do Estado não mudam com um passe de mágica.

A venda de várias distribuidoras estão na mira do governo desde setembro de 2016 e só a da Celg se efetivou. A concessão das rodovias BR 364 e 365 já vem do PAC e até hoje o governo ainda está mudando suas regras. O imbróglio das ferrovias Norte-Sul, Ferrogrão e Fiol dura anos, passou por mudanças de modelo e os trilhos pouco avançaram. A permissão pra investimentos de mineração em uma reserva de 47 mil km² na Floresta Amazônica, em meio a áreas de proteção ambiental e terras indígenas significa confusão





na certa - e mais desmatamento. Vender Congonhas, a "joia da coroa", e deixar aeroportos menores na dependência da Infraero traz risco de sucateamento dos aeroportos menores, pouco ou nada rentáveis.

Uma boa parte dos projetos tem prazo de licitação prevista a partir do segundo trimestre de 2018, já em meio ao turbilhão eleitoral. A privatização da Eletrobras será um teste político e gerencial importante para o governo do presidente Temer, cuja ambição maior, e talvez única, é terminar bem. Poderá ser, ao lado do teto de gastos, um marco positivo de sua gestão, que encontrou a economia em frangalhos e marcos regulatórios por refazer.

Mas os efeitos duradouros sobre as contas públicas virão mesmo de um teste anterior à da privatização da Eletrobrás, o da reforma da Previdência, que precisa ser aprovada este ano. Uma coisa não exclui a outra, mas a desestatização da Eletrobras, por mais necessária que seja, reduzirá em pouca coisa uma dívida que não está sob controle e que continuará aumentando sem parar se a rota dos gastos previdenciários não for invertida.

União terá limite de voto na Eletrobras

Por Fernando Torres e Ivo Ribeiro | De São Paulo

A forma de assegurar que o governo não conserve seu poder de controle "de fato" sobre a Eletrobras oficialmente desestatizada, ainda que ele mantenha participação acionária relevante após o planejado aumento de capital, será limitar o poder de voto de qualquer acionista em assembleia, inclusive da União, disse uma fonte com conhecimento da operação.

Conforme publicou o Valor ontem, em um cenário de aumento de capital entre R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões, como mencionado pelo governo, a União, que tem hoje direta e indiretamente 63% do capital total da Eletrobras, continuaria com uma participação acionária acima de 30% das ações, o que lhe permitiria exercer, se quisesse, o que se chama de "controle minoritário", com indicação da maioria dos conselheiros em assembleia.

A limitação do poder de voto, a ser incluída numa reforma estatutária, é um dos itens que ainda terá que ser definido. Restrição semelhante é adotada hoje por empresas como Embraer, que fixa o limite em 5% e B3, que usa 7%. Mesmo que um acionista tenha 20% ou 30% da empresa, ele não consegue votar com todas as ações.

Direito de retirada de preferencialistas pode dificultar migração da empresa para o Novo Mercado

A mudança estatutária poderia blindar a Eletrobras de voltar a ser facilmente reestatizada até mesmo em um futuro governo com outra orientação, dado que a União teria que convencer os demais acionistas a rever essa limitação estatutária de poder.

Segundo a fonte, se ainda pairam muitas dúvidas no mercado sobre o processo da privatização da Eletrobras é porque quase nada está realmente definido.

Apesar de declarações de ministros e planos anunciados por representantes do acionista controlador, o que existe de concreto até agora é a intenção do governo e do comando da empresa de levar o processo de privatização adiante, que foi formalizada com a inclusão da empresa no Programa de Parcerias e Investimento (PPI).

Não por outro motivo, os fatos relevantes divulgados pela Eletrobras no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) são sucintos e genéricos, sem entrar em detalhes de como se dará a desestatização da empresa.

A ideia inicial envolve mesmo um aumento de capital e a diluição da

participação da União. O plano é usar o dinheiro levantado na oferta de ações para comprar o direito de exploração das 14 usinas que a Eletrobras opera hoje sob o regime de cotas - recebendo apenas como prestadora de serviço, uma tarifa fixa em R\$ 35 MWh.

Mas o valor da operação ainda é desconhecido, assim como o preço de outorga que seria cobrado na concessão pelo governo.

Não existe definição, tampouco, se haverá somente uma oferta primária de ações ou se ela será combinada com uma secundária, com a União vendendo papéis.

Há o desejo de levar a empresa ao Novo Mercado, segmento da bolsa em só existe ações com direito a voto, mas não houve até agora conversa sobre taxa de conversão das preferenciais em ordinárias. Em relação a esse ponto, um advogado ouvido pelo Valor menciona que o direito de retirada conferido a acionistas preferencialistas pode ser um empecilho a uma migração rápida. Caso discordem da conversão, eles poderiam vender as ações à empresa pelo valor patrimonial, que hoje está em R\$ 34, ante a cotação de R\$ 21 ontem na bolsa.

No limite, a conta total para a Eletrobras poderia chegar a R\$ 8 bilhões, preço muito alto para a





companhia, que poderia buscar uma alternativa semelhante à adotada pela Vale, de propor uma conversão voluntária.

Em termos de cronograma para a operação, o primeiro passo é o conselho do PPI definir formalmente como será a desestatização. A expectativa é de que o processo leve cerca de um mês, disse a fonte. Entre os pontos a ser definidos está que tipo de direito de voto a União terá na companhia por meio da ação especial ou "golden share".

Além do exemplo da Embraer, o governo deve avaliar modelos adotados em antigas estatais elétricas europeias.

Entre as tarefas que cabem ao governo nesse "regime de melhores esforços" para realizar a operação ainda em 2018 está o de conduzir a agenda legislativa.

A primeira é a publicação da medida provisória com o novo modelo do setor elétrico, que pretende desfazer as mudanças da MP 579. A outra é possivelmente ter que mudar a lei que criou a Eletrobras e que prevê que a União tenha que reter 51% das ações com direito a voto.

No caminho, além de possível resistência no Congresso Nacional, o governo pode esbarrar em entraves no Tribunal de Contas da União (TCU), que pode se opor ao modelo em que o governo define o preço de outorga das usinas e dá direito de

preferência para a Eletrobras (que não será mais estatal) para ficar com as concessões, em vez de realizar um leilão aberto. Este é o fator "imponderável", diz a fonte.

No plano empresarial, a preparação de uma oferta de ações subsequente é algo que leva cerca de dois meses, então esse não seria um empecilho para o plano.

Um desafio maior seria fazer a cisão de Itaipu e Eletronuclear e, antes disso, conseguir realizar com sucesso a venda das distribuidoras deficitárias que operam na região Norte do país.

No caso da cisão, se for adotado um modelo em que não há responsabilidade solidária entre as duas partes após a segregação, os credores têm 90 dias para se opor à separação proposta. Esse prazo é importante diante da pressa do governo de realizar o processo ainda em 2018.

A decisão pela privatização da Eletrobras, segundo o Valor apurou, decorre do impedimento legal de que uma usina que fosse tirada do sistema de cotas, como prevê o novo modelo do setor, fosse assumida por uma estatal.

Assim, ainda que fosse indenizada no primeiro momento, a Eletrobras ficaria sem os ativos, mas ainda com os empregados e os passivos. Com a desestatização, a empresa pode ficar com as usinas.

Sindicatos temem demissões e preparam protestos

Por Rodrigo Polito | Do Rio

O diretor da Associação dos Empregados da Eletrobras (Aeel) e do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro e Região (Sintergia-RJ), Emanuel Torres, afirmou ontem que, caso o controle da Eletrobras seja de fato privatizado, a tendência é que haja uma demissão em massa na companhia. O sindicalista lembrou história recente de empresas privatizadas no Brasil, em casos em que após a desestatização aconteceram desligamentos de funcionários.

"A História mostrou para a gente que privatizando a empresa, haverá demissões em massa. O capital privado só vê números, não quer saber de qualidade", afirmou o sindicalista.

Ele fez uma referência à distribuidora carioca Light, lembrando que antes de ser privatizada, a empresa possuía 11 mil empregados. "Hoje ela tem 2,5 mil funcionários. O restante é tudo terceirizado", completou.

Torres contou que a Eletrobras fechou recentemente um programa

de aposentadoria incentivada, no qual serão cortados 2 mil funcionários, de um total de 21 mil do sistema Eletrobras.

O sindicalista lembrou que a estatal elétrica já sinalizou com a criação de um programa de demissão voluntária para este semestre, mesmo antes do anúncio de privatização.

"A empresa [Eletrobras] já fechou esse programa [de aposentadoria incentivada] e agora está dizendo que vai soltar mais um [de demissão voluntária]."

Lembrando que os sindicatos são contra à privatização do controle da Eletrobras e à proposta anterior de venda das 14 hidrelétricas antigas que tiveram a concessão renovada, Torres contou que a Aael e o Sintergia farão uma manifestação no início da tarde em frente ao escritório da Eletrobras no centro do Rio.

"Estamos fazendo várias ações para mobilizar os trabalhadores", afirmou. Ele contou que no próximo dia 30 os sindicatos do setor elétrico se reunirão em Brasília para definir um calendário de manifestações para ser colocado em prática em setembro.

Os dados do ministro

O governo não sabe quantos servidores públicos ganham acima do teto constitucional, porque para isso o executivo precisaria ter os dados dos outros poderes e não tem, mas a estimativa é que se fosse respeitado o teto o país economizaria R\$ 750 milhões por ano. Quem diz é o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. "É uma estimativa conservadora. Pode ser muito mais."

Entrevistei o ministro sobre alguns dos vários temas que estão em debate em sua área. Ele admite, por exemplo, que o BNDES pode vir a financiar a Cemig na compra das usinas. Segundo ele, o leilão está mantido para o dia 27 de setembro, mas até o dia 30 de agosto as conversas com a Cemig continuam. A estatal mineira argumenta que em três das quatro hidrelétricas cujas concessões não foram renovadas no governo Dilma há uma cláusula estabelecendo a renovação automática. Mas o governo colocou as usinas para serem leiloadas e já conta com o dinheiro para o fechamento da meta este ano:

— O leilão não está suspenso, mas até o dia 30 a Cemig me garantiu que apresentará uma estrutura financeira sólida. Nós não temos nenhum problema que a Cemig compre essas usinas, mas não podemos abrir mão do dinheiro delas. Se o BNDES decidir apoiar a Cemig dentro desse projeto, não vamos intervir. Não vamos impedir o banco de fazer um bom negócio.

O ministro diz que o governo tem

condições de tocar a privatização da Eletrobras e dos outros 57 projetos de privatização que foram anunciados. Segundo ele, são equipes diferentes trabalhando e em algumas áreas já há a modelagem testada. Existem equipes especializadas em cada tipo de operação. Diz que na área das linhas de transmissão, por exemplo, serão 11 projetos privatizados, mas da outra vez foram 30: — São coisas que a gente já fez em grande volume. As equipes já têm experiência e sabem fazer com tranquilidade. O que é importante é mostrar a correção de fazer isso.

Perguntei se o processo da Eletrobras, tão comemorado no mercado, não poderia parar por pressão política. Já há pressões para que se tire a Chesf por exemplo: — A Eletrobras está com dificuldade de cumprir seus próprios planos de investimento, para desenvolver suas atividades, e através desse mecanismo ela passa a um patamar diferente de acesso a recursos. Importante mencionar que uma das partes da modelagem é exatamente a revitalização do Rio São Francisco. Então parte do ganho da privatização será revertido para investimento na área da Chesf. Esse era o projeto que o governo vinha realizando com dificuldade, por limitações orçamentárias.

Perguntei se o país escapa de um aumento de impostos, e o ministro não afirmou que sim nem garantiu que não. Disse que a carga tributária não aumentou. Pelo contrário: — Nós

tínhamos uma média histórica de 22,4% do PIB de arrecadação federal e nós estamos indo para 20% em 2018. Uma perda de 2,4 pontos percentuais do PIB, traduzindo em dinheiro, algo como R\$ 150 bilhões. Não digo que os impostos vão aumentar, mas para que se tenha uma discussão objetiva sobre as coisas nós temos que falar com os números.

E o ministro apresentou números sobre a necessidade da reforma da Previdência. A despesa da Previdência total é de R\$ 730 bilhões, e isso corresponde a 57% da despesa total do governo. Era 50% em 2010. Do ano passado para este ano, a Previdência aumentou em R\$ 50 bilhões. Como o investimento total do governo será R\$ 25 bi, só o acréscimo da despesa da Previdência é o dobro do que o setor público investe. O INSS tem um déficit de R\$ 185 bilhões, mas atende a 30 milhões de aposentados e pensionistas. O déficit da Previdência dos servidores federais é de R\$ 75 bilhões para atender apenas um milhão de aposentados e pensionistas: — É uma desproporção muito grande. Quem ganha salário mínimo já se aposenta com quase 65 anos. O aposentado do setor público se aposenta mais cedo e ganhando mais. A reforma é para equilibrar e ter mais justiça no sistema.

Ele disse que a negociação para a reforma da Previdência dos militares prossegue e justificou o fato de eles terem sido poupados do congelamento dos salários afirmando que eles ganham menos que os servidores civis.

Cronograma é corrida contra o tempo

Sem modelo definido de privatização, analistas veem risco de contágio da eleição. Meirelles nega impacto

Glauce Cavalcanti, Manoel Ventura e Chico Prado

-Rio, Brasília e São Paulo- O ambicioso programa de privatizações anunciado pelo governo, que prevê a concessão de 57 projetos, concentra boa parte dos leilões no segundo semestre de 2018, fim do governo Michel Temer e período de eleições. Dos 22 setores listados pelo Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), 12 têm leilões previstos para o segundo semestre do ano que vem, como a licitação de 14 aeroportos, incluindo Congonhas e a venda da participação de 49% da Infraero nos terminais de Brasília, Confins (Belo Horizonte), Galeão e Guarulhos.

Na avaliação dos especialistas, o cronograma definido pelo governo é, em tese, viável. Mas, na prática, afirmam que dificilmente ele será cumprido. Para concretizar seus planos, o governo terá de superar entraves que vão desde a costura da modelagem da concessão dos projetos, o preparo das empresas que serão vendidas — o que inclui mapear passivos diversos — e, principalmente, as eleições de 2018. As privatizações devem se tornar parte da agenda da disputa eleitoral. E o perfil dos candidatos com

maiores chances de assumir o cargo pode afetar o valor dos projetos. Mesmo assim, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, negou ontem que a eleição possa afetar os planos do governo.

— Apesar da situação do Brasil, o país continua a ser atraente para o investimento estrangeiro. E há liquidez no mercado internacional — avalia Claudio Frischack, sócio da Inter.B Consultoria. — Mas o ambiente político-econômico em 2018 será determinante. Se, em meados de 2018, tivermos um candidato de perfil populista, seja de direita ou de esquerda, com chances reais de vencer a eleição, isso pode dificultar o processo. Caso o candidato mais forte tenha uma agenda mais liberal e reformista, os ativos darão um salto em valor.

PARA MEIRELLES, AJUDAA EVITAR ALTA DE IMPOSTO

Outros ativos que devem ser licitados no segundo semestre são as rodovias BR-153, entre Anápolis (GO) e Aliança (TO) e BR-364, entre Comodoro (MT) e Porto Velho (RO), embora os projetos ainda estejam em fase de estudo. No mesmo período estão previstas ainda a privatização de empresas como Casa da Moeda, Ceasaminas, Caseng e Docas do Espírito Santo, mas o governo ainda não explicou como pretende vender essas estatais. Na lista do segundo semestre

constam ainda concessões dos terminais portuários de Belém, Vila do Conde (PA), Paranaguá (PR) e Vitória.

Para Renato Sucupira, sócio da consultoria BF Capital, cumprir o cronograma seria factível, não fossem os entraves do próprio governo: — Na prática, é muito pouco provável que seja possível privatizar os 57 ativos no prazo anunciado pela ineficiência do poder público, do ponto de vista de quem está sendo vendido e de quem está querendo vender.

O aeroporto de Congonhas — e o lote de aeroportos de modo geral — e a Eletrobras, além da Casa da Moeda, são apontados como ativos mais atraentes no pacote de projetos selecionados pelo governo.

— Os ativos muito atraentes são aqueles que se financiam sozinhos, com tarifa, que não precisam de subsídio do governo. Pesa ainda ter menos amarras, pedir menos investimento. Se já houve outras privatizações realizadas no mesmo segmento, como no de aeroportos, também ajuda. Já há noção de preço, interesse. A Eletrobras atende a tudo isso, não fosse o tamanho da companhia — pondera Armando Castelar, coordenador da área de Economia Aplicada do Ibre/FGV.

Para Castelar, a agilidade com que o governo consegue conduzir o





processo de privatização de um ativo depende do volume de recursos de que dispõe para fazer isso, mas também das condições da empresa em contratos e pendências diversas. O cronograma só virá, de fato, com as auditorias em curso, defende Castelar:— Existe a proposta inicial. Depois, vem muita negociação. Nas auditorias são encontradas pendências trabalhistas, tributárias, disputas judiciais, obrigações contratuais. Se há gente e recursos para fazer isso, fica mais ágil. Quanto mais pendências resolvidas, maior valor terá o negócio. E define o momento da venda.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou ontem que a privatização é uma agenda nacional e que o calendário eleitoral não preocupa o governo. Segundo o ministro, que participou de evento promovido pelo jornal "Valor Econômico" em São Paulo, os leilões já estarão em andamento durante a corrida presidencial de 2018: — Todo o processo de licitação pra chegar no leilão, os estudos técnicos (estarão) em andamento, e eu acredito que o cronograma será cumprido.

Sobre a escolha do aeroporto de Congonhas, em São Paulo, o terminal mais lucrativo da rede, como um dos principais atrativos do pacote de privatizações, o ministro respondeu que "não se privatiza apenas o que dá prejuízo"!— Privatizando o que dá lucro, o preço é muito maior. O quanto que vai ser arrecadado pelo Tesouro é muito mais — ponderou.

Meirelles afirmou ainda que, com as privatizações, são menores as chances de o país ter de subir impostos como alternativa de arrecadação:— Não há dúvida de que as privatizações diminuem muito ou até eliminam essa possibilidade (de subir impostos), na medida em que podem ser uma fonte de recursos muito importante.

O governo terá de escolher o que vai priorizar, destaca Pablo Sorj, sócio do escritório Mattos Filho e especialista em infraestrutura.— Tem privatizações já agendadas, previstas, como os leilões do pré-sal, de linhas de transmissão e aeroportos. Nos demais, até que ponto veremos o apetite dos investidores às vésperas das eleições? Não se trata de preocupação com contrato ou regras, mas com as condições político-econômicas.

"NÃO É UM MODELO BY THE BOOK"

A adoção da Taxa de Longo Prazo (TLP), em substituição à TJLP, nos contratos do BNDES para financiar investimentos pode contribuir para qualificar os investidores interessados nos ativos em oferta. A taxa será mais próxima aos juros praticados no mercado, limitando subsídios a empresas.— O subsídio mascarava o que se estava comprando. Transferia um risco muito grande, mas com grande remuneração. Antes, exigia um prêmio de risco enorme. Agora, o

investidor contrata sabendo o que vai pagar. Dá para calcular melhor o preço da tarifa. E vai qualificar o mercado investidor — diz Castelar.

Frischtack também considera a aprovação da TLP importante para o processo.— O governo não tem de subsidiar a venda. É o mercado quem tem de decidir. Sem o BNDES, o preço não vai ser tão bom. Então, é preciso fazer o dever de casa. O banco continuará a ter um papel determinante na modelagem de negócios.

O foco, defende Renato Sucupira, deve estar na qualidade do processo. — O último leilão de aeroportos (Fortaleza, Florianópolis, Salvador e Porto Alegre) foi o mais bem-sucedido até aqui. Atraiu operadores tradicionais internacionais, que não estão vinculados às construtoras, que estavam interessadas apenas em ganhar nas obras. Acabou o benefício do governo, vieram operadoras qualificados.

Para Frischtack, o processo de privatização em curso não é o melhor, mas é o possível, diz, citando o caso do setor aeroportuário, no qual avalia que teria sido melhor definir primeiro o modelo aeroportuário, determinar o papel da Infraero e depois definir a modelagem de privatização.— Não é um modelo de privatização by the book porque não vivemos num país by the book.

Uma chance de recomeçar

Capital e competência serão mobilizados em grande escala para o crescimento brasileiro, em poucos anos, se o governo completar com sucesso as privatizações e concessões anunciadas nesta semana. Somada ao programa de ajuste fiscal e de reformas, a nova divisão de tarefas entre Estado e setor privado poderá criar a base de uma nova etapa de expansão e de modernização. Se o roteiro for seguido com persistência e seriedade, a economia nacional se aproximará dos melhores padrões globais de produtividade e competitividade. A mudança poderá produzir efeitos amplamente positivos na criação de empregos e na elevação dos indicadores sociais. Menos envolvido na produção direta de bens e serviços comercializáveis, o setor público poderá concentrar esforços e recursos financeiros em atividades fundamentais para a elevação das condições de vida. Com agenda menos atulhada, o Estado poderá cuidar melhor de funções como educação, saneamento, assistência à saúde, desenvolvimento científico e tecnológico, segurança, Justiça e promoção internacional dos interesses brasileiros.

Não deixará de planejar e de fixar linhas básicas para o desenvolvimento econômico e social, mas deverá limitar-se à administração de prioridades e à regulação de atividades de interesse público. Nenhum argumento estratégico poderia justificar a permanência do Estado no controle da Eletrobrás e de outras empresas dedicadas à produção de serviços e bens oferecidos de forma rotineira aos consumidores – indivíduos ou corporações. Esse controle pode ter sido útil em outros momentos, quando faltavam capitais ou interesse econômico privado para a implantação de indústrias de importância básica ou de obras de infraestrutura. Isso é passado. Razões para a presença estatal desapareceram, enquanto se multiplicaram motivos muito importantes para a mudança do modelo. A busca de racionalidade econômica e administrativa deveria ser suficiente, como deve ter sido em vários outros países.

Mas também seria preciso, no caso brasileiro,

despolitizar e desaparelhar a gestão do enorme, ineficiente e espoliado sistema estatal de produção e, em alguns casos, de dominação de mercados. Nenhuma operação do tipo da Lava Jato poderá, mesmo conduzida com muita competência, apontar quanto custou ao Brasil a permanência, por tanto tempo, de uma rede estatal estrategicamente obsoleta, politicamente loteada e economicamente ineficiente. A pilhagem de recursos públicos, a bandalheira nos contratos e o desperdício em projetos mal feitos e mal avaliados valeriam uma história enorme, muito mais ampla que a produzida por qualquer investigação policial. Mas essa história ainda mostraria apenas uma parte dos danos. Um balanço completo deveria incluir uma estimativa das perdas econômicas e sociais. Seria preciso levar em conta as oportunidades perdidas, o distanciamento entre o Brasil e as economias medianamente eficientes e os custos desse atraso.

A mistura de recessão, inflação, crise fiscal e desarranjo do Estado legada pela gestão petista é o fecho dessa história de erros e desmandos. O programa de privatizações e de concessões abre a possibilidade de uma reorientação e regeneração econômica e administrativa. Mas o sucesso dessa renovação dependerá de várias condições. A qualidade dos projetos e o tempo gasto na preparação e na realização dos leilões serão obviamente fundamentais. Mas a amplitude da mudança dependerá também da aprovação e implantação da pauta de reformas, tanto quanto possível sem deformação dos projetos originais. Além disso, o governo terá de mostrar competência e visão estratégica nos planos e programas e na gestão de seus quadros. A curto prazo, as privatizações e concessões poderão proporcionar dezenas de bilhões de reais para fortalecer as finanças públicas. Em prazo pouco mais longo, poderão resultar na construção de um país efetivamente moderno e eficiente. Nada compensará os muitos anos perdidos com más políticas, mas o Brasil poderá, finalmente, avançar para um posto na primeira divisão.

Para garantir reforço no caixa até 2018, governo deve acelerar trâmite de leilões

Privatização. Ideia é reduzir, por exemplo, o prazo de entrega das propostas para os projetos dos atuais 100 dias para 60 dias, garantindo que os recursos entrem nos cofres da União até o fim do ano que vem, ajudando no cumprimento da meta fiscal

Renée Pereira

Para acelerar o leilão de alguns projetos anunciados na quarta-feira no novo pacote de concessões, o governo deve lançar mão de medidas como reduzir o prazo de entrega das propostas. Hoje, esse prazo é de 100 dias, e poderia cair para 60 dias, segundo uma fonte ligada ao governo.

O objetivo é garantir que o dinheiro arrecadado com as licitações entre no caixa da União até o fim de 2018 e contribua para o alcance da meta fiscal.

A fixação de um prazo mínimo de 100 dias entre a publicação do edital e a data do leilão era apresentada pelos técnicos do atual governo como um grande avanço em comparação ao prazo mais curto, normalmente de 30 dias, dos programas lançados pela

ex-presidente Dilma Rousseff. O prazo mais longo, diziam, era necessário para que os documentos pudessem ser traduzidos para o inglês e analisados por potenciais investidores estrangeiros, o que aumentaria a concorrência. Daria oportunidade, também, para que empresas com regras corporativas mais rígidas pudessem participar dos leilões.

O pacote lançado esta semana prevê a concessão de 57 projetos, com previsão de arrecadação de R\$ 40 bilhões. O plano foi bem recebido no mercado, principalmente por sinalizar a intenção do governo de repassar cada vez mais para a iniciativa privada projetos que não tem mais condições de bancar. Mas, entre os analistas, há muitas dúvidas sobre o que realmente o governo vai conseguir licitar.

“A maior preocupação é ter um cronograma que seja realista”, afirma o secretário Nacional de Aviação Civil, Dario Rais Lopes. Questionado sobre a informação de encurtar alguns prazos para acelerar os leilões, ele disse apenas que alguns ativos podem ter, por exemplo,

Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI, uma espécie de convocação para interessados em desenvolver estudo de projetos) mais longos ou mais curtos. “Mas, na próxima semana, vamos discutir melhor esse cronograma.”

Uma outra fonte, ligada ao Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), afirma que, embora a diretriz do PPI seja dar um prazo mais extenso para o investidor avaliar as condições do edital, alguns projetos menos complexos podem ter o prazo “sacrificado”. Para que o dinheiro dos leilões entre nos cofres do governo até o fim deste mandato, as licitações teriam de ser feitas até outubro do ano que vem. Depois desse prazo, é bem possível que a arrecadação entre efetivamente no caixa só em 2019 - ou seja, já no próximo governo.

Nalista de projetos que poderiam ter um “fast track” (trâmite rápido) pode estar o Aeroporto de Congonhas, que já tem alguns estudos em andamento, e a própria venda dos 49% de participação da Infraero nos aeroportos licitados no passado.

Temer tenta atrair chineses para concessões

Em viagem na próxima semana, presidente vai se reunir com empresários e espera conseguir investidores para projetos de energia

No pacote que vai levar a investidores chineses na semana que vem, o governo brasileiro vai apresentar a oferta de leilão das quatro usinas da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig): Miranda, São Simão, Volta Grande e Jaguara. A bancada mineira tem pressionado para que elas continuem sob o comando da estatal mineira. Na comitiva do presidente Michel Temer estará, entre alguns parlamentares, o deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG), que está na linha de frente da resistência ao leilão das usinas.

O programa de concessão e privatização será incluído em todas as palestras que Temer fizer para os empresários chineses. Nas reuniões, os projetos de privatização serão apresentados pela equipe do Programa de Parcerias de Investimentos (P-PI), coordenada pelo Secretário Especial do programa, Adalberto Vasconcellos.

O pacote que será levado à China vai destacar os projetos de energia, que têm grande possibilidade de participação

chinesa. O governo também vai “vender” aos asiáticos os projetos nas áreas de transportes, rodovias, hidrovias, ferrovias, terminais portuários, e a Eletrobrás.

O ministro de Relações Exteriores, Aloysio Nunes, comentou que a visita de Temer à China será importante principalmente no campo econômico. A expectativa é que sejam anunciados grandes investimentos, em várias áreas.

De acordo com Tarcísio Freitas, secretário de coordenação de projetos do PPI, que vai integrar a comitiva brasileira em Pequim, já está agendada para o dia 1º de setembro uma reunião com a State Power Investment Overseas (Spic), que em junho deste ano apresentou proposta para comprar a participação da Cemig na Hidrelétrica Santo Antônio, em Rondônia.

Contra o tempo. Na avaliação de especialistas que acompanham os processos de licitação no Brasil, o governo precisa correr para tirar todos os projetos do papel até o fim deste mandato. Primeiro por causa do tempo para elaborar os estudos e a modelagem do negócio e para resolver divergências que sempre surgem no meio do caminho. Mas há outro

fator que deve pesar ainda mais no andamento do processo: a questão política. No ano que vem, há eleições e, conforme forem surgindo os nomes de possíveis candidatos à presidência, as incertezas podem aumentar, afirma o presidente da consultoria Inter.B, Claudio Frischak.

“Em meados de 2018 já teremos um quadro mais definido sobre os candidatos e, se algum nome mais populista ganhar força, o programa pode ser colocado em xeque.” Ele acredita, porém, que há ativos que podem superar as incertezas políticas, como o Aeroporto de Congonhas, em São Paulo. “Os números estão disponíveis e os investimentos não devem ser muito altos.”

O sócio da área de infraestrutura do L.O. Baptista Advogados, Fernando Marcondes, acredita que os resultados do programa começem a aparecer no primeiro semestre de 2018, exceto no caso das usinas da Cemig, que o governo quer licitar no mês que vem. “Se os editais forem lançados no primeiro semestre de 2018, temos de contar mais uns quatro meses para a realização do leilão (é esse prazo que pode ser alterado em alguns projetos)”, destaca. Mas ele também avalia que a questão política pode afetar os planos do



governo.

Para o presidente da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Venilton Tadini, algumas concessões têm potencial para saírem do papel mais rápido, como é o caso da 3.a Rodada de blocos do pré-sal. “Já está tudo estruturado.” Ele elogiou a decisão de privatizar a Eletrobrás, que deve atrair fundos de investimentos. Mas esse é um projeto que ainda não tem nenhuma modelagem estruturada./CARLA Araújo, TÂNIA MONTEIRO e RENÉE PEREIRA

PACOTE DE CONCESSÕES

EMPREENDIMENTOS	PREVISÃO DO EDITAL	PREVISÃO DO LEILÃO
● 14 aeroportos, incluindo Congonhas (SP)	2º tri 2018	3º tri 2018
● Venda da participação acionária da Infraero em 4 aeroportos		
● 2 trechos de rodovias	3º tri 2018	4º tri 2018
● 3 terminais de GLP de Miramar no Porto de Belém (PA)	4º tri 2017	1º tri 2018
● 7 terminais de granéis líquidos	2º tri 2018	3º tri 2018
● Terminal de grãos em Paranaguá (PR)	2º tri 2018	3º tri 2018
● Renovação e investimentos em terminais portuários (2)	1º tri 2018*	-
● Privatização da Codesa	3º tri 2018	4º tri 2018
● Usina de Jaguara (MG)	3º tri 2017	3º tri 2017
● 11 lotes de instalações de transmissão	4º tri 2017	4º tri 2017
● 3ª rodada de blocos sob regime de partilha no pré-sal	3º tri 2017	4º tri 2017
● 15ª rodada de blocos para exploração e produção	1º tri 2018	2º tri 2018
● 5ª rodada de licitações de campos terrestres maduros	2º tri 2018	2º tri 2018
● 4ª rodada de blocos sob regime de partilha no pré-sal	1º tri 2018	2º tri 2018
● Privatização da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de MG	3º tri 2018	4º tri 2018
● Privatização da Ceasa Minas	3º tri 2018	4º tri 2018
● PPP da rede de telecomunicações da Aeronáutica	3º tri 2018	4º tri 2018
● Privatização da Casa da Moeda	3º tri 2018	4º tri 2018
● Loterias instantâneas da Caixa (Lotex)	4º tri 2018	4º tri 2017

*ASSINATURA DO CONTRATO

FONTE: PPI

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Infraero vê gastos de mais de R\$ 3 bi com privatizações

A privatização de terminais aeroportuários lucrativos da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) vai gerar gastos extras de mais de R\$ 3 bilhões para manutenção do custeio da estatal e manterá a empresa no vermelho por mais de 15 anos, segundo avaliação do presidente da empresa.

O déficit anual previsto pela Infraero é de cerca de R\$ 400 milhões anuais. A informação consta em ofício encaminhado pelo presidente da empresa, Antônio Claret de Oliveira, ao ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintella Lessa.

Na quarta-feira, o governo anunciou a intenção fazer 57 privatizações. No pacote, além de portos e empresas estatais, estão

18 aeroportos, entre eles os de Congonhas e do Recife, que são lucrativos. No primeiro semestre, o terminal de Congonhas teve R\$ 137 milhões de lucro e circularam pelo aeroporto 10,4 milhões de passageiros, segundo a Infraero. "Caso o governo decida pela concessão dos três blocos de aeroportos, conforme vem sendo veiculado pela imprensa, esta Empresa se tornará dependente de recursos para a manutenção do seu custeio", diz a nota.

O documento diz que, entre os 17 aeroportos superavitários da empresa, somente os terminais de Curitiba, Recife, Congonhas e Santos Dumont contribuem com mais de 78% dos resultados.

Procurado, o Ministério do Transporte não se pronunciou até o fechamento desta reportagem.